

REFLEXÕES SOBRE O DEBATE DE GÊNERO CONCERNENTE À SUSPENSÃO DO KIT ANTI-HOMOFOBIA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Thiago César Martins do Nascimento

Universidade Federal do Ceará, thiagomar.cn@gmail.com.

Marília Duarte Guimarães

Universidade Federal do Ceará, mariliaguimaraes.trab@hotmail.com.

RESUMO

Nos últimos anos, a palavra gênero tornou-se uma espécie de “Lord Voldemort” (aquele-que-não-deve-ser-nomeado na série fantástica *Harry Potter*) em determinados meios sociais, sobretudo entre as alas conservadoras e cristãs. A simples menção do termo evocou campanhas contra seu uso, sobretudo no currículo escolar brasileiro e francês. Exemplificando, no ano de 2011, foi cancelada a distribuição do *kit* escolar anti-homofobia, ou como vulgarmente ficou conhecido, *kit-gay*, nas escolas brasileiras. Por meio oficial, a então Presidenta Dilma Rousseff informa não dever ao Estado a jurisprudência sobre a arena privada de seus cidadãos. Já no meio sociopolítico, a bancada evangélica diz ser o material didático um estímulo à homossexualidade, fato que corromperia a mente e os corpos dos alunos. É dessa ‘monstrificação’ do debate sobre gênero e, conseqüentemente da sexualidade, por intermédio de alguns setores sociais, que este artigo ganha matéria. Seu objetivo é problematizar o discurso biológico e essencialista sobre gênero à luz da teoria de autoras feministas pós-estruturalistas. Estas informam serem nossas relações históricas e sociais fruto de tensões e acordos coletivos, inexistindo um caráter universal, bússola para as ações humanas. Observou-se após a análise de alguns *blogs* automeados como de direita, cristão e/ou conservador, que o modo como pontuam as manifestações sociais e sexuais tidas como desviantes, constroem espécies de anomalias que, apesar de serem “aceitas”, não permitem a seus praticantes esquecerem o caráter antinatural de suas escolhas. Concluímos que os julgamentos e a construção de monstruosidades ao se instituir uma heteronormatividade oprimem os sujeitos, muitas vezes matando-os social e fisicamente. Fica-nos então o questionamento: como romper com a ideia do “natural biológico” e do “anormal ‘aceitável’”, avançando para uma compreensão da complexidade dos desejos e das relações humanas?

Palavras-chave: Gênero; Kit anti-homofobia; Conservadorismo.

INTRODUÇÃO

É um paradoxo, de um lado, termos nas últimas décadas enormes avanços nos estudos sobre gênero, feminismo e sexualidade, avanços estes que levaram a Joan Scott perguntar se gênero já não era uma questão resolvida, isto é, consensualmente compreendido como um constructo histórico e social não redigido por tratados biológicos (SCOTT, 2012); mas, em contrapartida, acompanhar o recrudescimento do conservadorismo com requintes fascistas ao redor do mundo, avançando no espectro político institucional e vociferando a torto e à direita a anormalidade em ser homossexual, propondo inclusive uma quimera chamada de “cura gay”.

Esse outro lado da moeda, restrita nesse trabalho ao Brasil e ao que se denominou de *kit-gay* pelos partidos políticos da bancada evangélica, infelizmente não é monopólio dos nossos representantes. Na verdade o *kit-gay*, em sua acepção não discriminatória, trata-se do *kit* anti-homofobia, cancelado em 2011 pelo governo federal. A elaboração do *kit* fazia parte do projeto maior “Escola sem homofobia”. De acordo com a agência ECOS Comunicação em Sexualidade (uma das entidades não governamentais partícipes do planejamento e execução do projeto), o *kit* escola sem homofobia é “um conjunto de ferramentas pedagógicas [...] para auxiliar na erradicação do preconceito contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e para a promoção do convívio democrático com a diferença no ambiente escolar.” (CARTA ABERTA, 2013, não paginado), tendo em vista que o Brasil é o país que mais assassina pessoas trans.

No mesmo artigo onde Scott (2012) questiona se gênero perdeu sua função radicalmente desestabilizadora, um ocorrido na França em 2011 foi como um raio em céu sereno¹, evidenciando “as veias abertas do gênero²” para a autora. Na ocasião, “um manual de instrução preparando estudantes para os exames de bacharelado em ciências biológicas [...] incluiu uma unidade em biologia humana intitulada “Tornar-se homem ou mulher”” (SCOTT, 2012, p. 328), causando grande alvoroço entre políticos católicos, pais e professores franceses.

Independentemente de o manual publicar em suas primeiras páginas fotos de três casais (dois homens inclinando-se amorosamente um sobre o outro; um homem e uma mulher se abraçando; e duas mulheres de mãos dadas) e, mesmo após apresentar uma extensa gama

¹ Alusão ao dezoito de Brumário de Louis Bonaparte (MARX, 2013).

² Intertextualidade com a obra “As veias abertas da América Latina” de Eduardo Galeano. (83) 3322.3222
contato@joinbr.com.br

de conhecimentos biológicos sobre reprodução e zonas de prazer, declarar ao leitor que “se a identidade sexual é estabelecida fisiologicamente, pela operação de cromossomos e hormônios, a orientação sexual era totalmente outra questão. Esta era uma função de escolhas íntimas” (SCOTT, 2012, p. 328), o estorvo se deu pontualmente na palavra gênero, usada uma única vez no decorrer do texto. Entre idas e vindas, audiências e campanhas massivas, o material foi tido como um produto do *gay lobby* pela simples menção do termo gênero. Tomando liberdade do uso de uma metáfora, a palavra gênero aparentemente tornou-se uma espécie de “Lord Voldemort” da série de alta-fantasia, *Harry Potter*³.

Não sei se por ironia do destino, o ano de 2011 também foi emblemático para o Brasil no tocante ao debate de gênero nas escolas públicas, em específico no ensino médio. Compreendendo a escola como uma instituição que nasceu disciplinar e normatizadora, local de opressão na qual os sujeitos tidos como “desviantes” vivem de maneiras diferenciadas situações de opressão, autculpabilização e internalização da homofobia (CÉSAR, 2008), o Programa Brasil sem Homofobia, fruto de parcerias entre setores militantes da organização civil e atores governamentais, foi composto como política de Estado no ano de 2004.

O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGTB e de Promoção da Cidadania de Homossexuais, Brasil sem Homofobia, sinaliza, de modo claro, à sociedade brasileira que, enquanto existirem cidadãos cujos direitos fundamentais não sejam respeitados por razões relativas à discriminação por: orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso ou opinião política, não se poderá afirmar que a sociedade brasileira seja justa, igualitária, democrática e tolerante. Com esse novo Programa, o governo brasileiro dá um passo crucial no sentido da construção de uma verdadeira cultura de paz (BRASIL, 2004, p. 13-14, citado em OLIVEIRA JÚNIOR e MAIO, 2017).

Os debates e as ramificações políticas do Programa Brasil sem Homofobia, geraram e geriu uma iniciativa circunscrita ao ambiente escolar, planejada em parceria com a rede internacional *Global Alliance for LGBT Education* – GALE; a organização não governamental *Pathfinder* do Brasil; a ECOS – Comunicação em Sexualidade; a Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva; e a ABGLT – Associação Brasileira

³ Para quem não está ambientado com o romance criado pela autora britânica J. K. Rowling segue um breve resumo do personagem: Tom Riddle (Lord Voldemort) foi considerado um dos bruxos mais poderosos de todos os tempos. De aluno exemplar, após se aproximar das Artes das Trevas, tornou-se símbolo de terror. Seu desejo era dominar o mundo, mas encontrou no jovem Harry Potter um empecilho para o estabelecimento do seu império. Por ter sido atingido quase mortalmente por sua própria maldição, perdeu sua forma física e fugiu para uma floresta distante, aguardando o dia em que poderia recuperar sua matéria e retomar sua missão. Nos 13 anos que Voldemort esteve desaparecido, tornou-se uma espécie de lenda. Temido por milhares e venerada por outros, acreditava-se que a simples menção do seu nome evocaria sua presença, desassossego que lhe rendeu o cognome aquele-que-não-deve-ser-nomeado.

de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais⁴. Este Projeto, nomeado como Escola sem Homofobia, recebeu parecer favorável à veiculação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), da Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) e das Nações Unidas.

Demonstrar as credenciais do Projeto em evidência é importante para percebermos que não importa o acúmulo de investigações e troca de experiências internacionais sobre política de discriminação social e sexual quando do outro lado da arena temos setores politicamente armados e com poder de barganha nos espaços institucionais.

Apesar de o Projeto Escola sem Homofobia ter como produto um conjunto de recomendações, realização de seminários, pesquisa qualitativa sobre homofobia na comunidade escolar, elaboração de um *kit* de material educativo e capacitação de técnicas (os) da educação e de representantes do movimento LGBT de todos os estados da confederação, em 2011, após manifestações da bancada evangélica⁵ e de setores conservadores, a distribuição dos *kits* educativos, nomeado preconceituosamente como *kit-gay*, foi cancelada pelo governo federal. Em nota, a então presidenta Dilma Rousseff afirmou não ser da alçada do Estado interferir na vida privada das pessoas, tampouco fazer propaganda de opção sexual⁶.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

Desse modo, nosso objetivo geral é compreender o cancelamento do material escolar anti-homofobia nas escolas públicas brasileiras, alinhado sua exclusão ao debate conservador/cristão sobre gênero e sexualidade. Após a identificação do discurso biológico e essencialista, sobretudo da bancada evangélica brasileira, problematizaremos suas concepções sobre gênero à luz da teoria de autoras feministas pós-estruturalistas. Para contrapor a miséria humana e intelectual destes senhores brancos, heteronormativos e cristãos chamamos ao debate as contribuições de Guacira Lopes Louro (1997, 2000), Joan Scott (2012) e Jimena Furlani (2006). Estas informam serem nossas relações históricas e sociais, fruto de tensões e acordos coletivos, inexistindo um caráter universal, bússola para as ações humanas.

No interior desse exercício, buscamos observar também como o discurso de alguns *blogs* automeados como de direita, cristão e/ou conservador sobre as manifestações

⁴ Disponível em: <<http://www.inclusive.org.br/arquivos/18368>>

⁵ Termo aplicado a uma frente parlamentar do Congresso Nacional do Brasil composta por políticos evangélicos (protestantes) de partidos políticos distintos. No ano de 2017 contam com um total de 87 parlamentares.

⁶ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/movimento-gay-reage-a-suspensao-de-kit-anti-homofobia>>.

sociais e sexuais tidas como desviantes, constroem espécies de anomalias/ “monstros” que, apesar de serem “aceitos”, não lhes são permitidos esquecerem o caráter antinatural de suas práticas.

Nosso procedimento metodológico pode ser resumido no seguinte percurso: Após o cancelamento da distribuição do kit anti-homofobia nas escolas públicas brasileiras no ano de 2011, buscamos investigar a compreensão da bancada evangélica e dos canais de comunicação das plataformas automeadas de direita, conservadora e/ou cristã sobre gênero e sexualidade. Do debate biologizante, fundamentado na Bíblia, nos propomos contrapor esse discurso essencialista mediante o estudo de autoras feministas pós-estruturalistas, desse modo, essa pesquisa teórica tem as características de um estudo qualitativo bibliográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O *kit-gay* já chegou às escolas privadas, diz o *blog* família Bolsonaro⁷. E continuam: caso seus filhos tenham o exemplar do livro didático “Menino Brinca de Boneca?”, fiquem atentos, pois certamente estão recebendo uma carga de informações na escola que estimulam o homossexualismo em suas cabeças.

A crítica do *blog* se dá em três momentos pontuais do livro: no prefácio, escrito pela senadora Martha Suplicy; na página 16; e na contracapa, elaborada por Frei Betto. Seguindo a ordem cronológica dos julgamentos, a primeira informa que objetivo do livro é mudar a sexualidade das crianças, a segunda ao expor as palavras “vulva” e “pênis” indica uma naturalidade sobre o sexo, “sinal de depravação”, e por fim, a contracapa estimula os filhos decidirem por si só sobre sua sexualidade, entrando em desavença com os pais.

Destaco que os ataques do *blog* família Bolsonaro ao livro “Menina brinca de boneca?” foi escrito no início de 2012, ano posterior ao cancelamento da distribuição do material didático anti-homofobia. O título “o *kit-gay* já chegou às escolas privadas” informa ao leitor que por mais que o *kit-gay* tenha sido cancelado em 2011 pelo governo federal, ele chegou a algumas instituições no ano seguinte. A publicação de denúncias sobre um suposto “fundamentalismo gay” que opera nas escolas brasileiras é recorrente na página em evidência.

Quando trago o debate sobre o material da editora Moderna, “Menino brinca de boneca?”, e não o exemplar específico do *kit* contra a homofobia cancelado em 2011, faço por duas razões: A primeira, já mencionada, pela denúncia do *blog* Família Bolsonaro aludir,

⁷ Disponível em: < <http://familiabolsonaro.blogspot.com.br/2012/07/o-kit-gay-ja-chegou-nas-escolas-privadas.html>>.

desde o título, ao material didático cancelado em 2011 pelo governo federal; já a segunda, encontra razão no fato da página conservadora não fazer acusações pontuais que informem página, fascículo, capa, dentre outros quando trata do *kit-gay*. As denúncias existentes são gerais, com palavras de ordem e a favor da ‘família brasileira’. Discursos de ódio e preconceito são encontrados no decorrer das publicações, mas do modo como foi apresentada as considerações sobre o livro “Menino brinca de boneca?”, incluso as partes originais da publicação, não foi encontrado no tocante ao material cancelado do Projeto Escola sem Homofobia.

Ainda sobre o suposto “fundamentalismo gay” nas escolas brasileiras e no Ministério da Educação – MEC, outra página de caráter conservador e cristão informa que por trás de uma fachada anti-homofobia, o MEC em conjunto com entidades GLS (Gays, Lésbica e Simpatizantes), tentam embutir em nossas crianças e jovens a noção de que ser gay, lésbica e/ou bissexual é perfeitamente normal⁸. O projeto Escola sem Homofobia em conjunto com seu material educativo, caso veiculado nas escolas, colocaria uma “pulga atrás da orelha” nas alunas e alunos, embutindo o desejo de experimentar o homossexualismo, ação que acarretaria em sequelas psicológicas para o resto de suas vidas.

Ambas as páginas informam ser o debate sobre gênero uma invenção dos setores desviantes para justificarem suas práticas sexuais. Negar as diferenças entre os sexos, a existência biológica de homens e mulheres e problematizar a heterossexualidade é inaceitável, informa eles. Pondo fim no curso natural da humanidade, ou seja, na procriação, como perpetuaremos nossa espécie?

A sexualidade funda-se, nessa perspectiva, num atributo biológico que pode ser compreendido como constituindo sua origem, seu núcleo ou sua essência. Operam, também, sob uma ótica essencialista, todas aquelas interpretações que atribuem a origem da sexualidade a um impulso ou uma pulsão inata. (LOURO, 2000, p. 65).

Não sei se por má-fé ou ingenuidade, estes setores acreditam que, apesar de serem contrários as apresentações de casais ou desejos sexuais gays no currículo escolar, não são preconceituosos, trata-se apenas de um debate biológico histórico inegável e imutável. Falta-lhes o mínimo de compreensão sobre o debate científico e acadêmico sobre gênero e sexualidade. O debate pós-estruturalista sobre gênero, de acordo com Jimena Furlani,

não nega a materialidade dos corpos; entretanto, se questiona como, culturalmente são atribuídos significados às características corporais e como, essa nomeação, essa atribuição de nomes, subordina, hierarquiza e define desigualdades. (FURLANI, 2007, p. 273).

⁸ Disponível em: <<http://www.anovaordemmundial.com>>

É necessário compreender que o currículo escolar não é está circunscrito as disciplinas, mas a todo um sistema de comportamentos e valores, ou seja, o currículo é representação. Dessa forma, em seu texto escrito ou verbal, o currículo veicula representações de gênero, ensina modos de vivenciar a sexualidade, define implícita ou explicitamente tipos femininos e masculinos, atributos de produção de verdade, que constituem a formação dos sujeitos (FURLANI, 2007).

Quando estes grupos questionam a existência de outros arranjos familiares no livro didático, quando defendem o binarismo do “isto ou aquilo”, ou quando se escandalizam com o debate franco sobre sexo e áreas historicamente erotizadas do corpo, os estudos sobre sexo, sexualidade e gênero se tornam monstros curriculares e, todas as identidades sexuais tidas socialmente como desviantes podem ser pensadas como monstruosidades culturais.

Os monstros em geral (...) são híbridos que perturbam, híbridos cujos corpos externamente incoerentes resistem a tentativas para incluí-los em qualquer estruturação sistemática. E, assim, o monstro é perigoso, uma forma – suspensa entre formas – que ameaça explodir toda e qualquer distinção. (COHEN, 2000, p. 30, citado em FURLANI, 2007, p. 276).

A demarcação da normalidade, do permitido, do autorizado evidencia em seu vértice um lado obscuro, perigoso, temido. “Para a demarcação social da identidade heterossexual é imprescindível a demarcação social da identidade homossexual, e vice-versa” (FURLANI, 2007, p. 281). A fim de não perder os freios, tampouco os limites, a normatividade se reitera ao instituir e tornar discursivamente vivo a figura do monstro. Contudo, que espécie de normalidade “natural” vive a masculinidade hegemônica se a todo o momento ela é vigiada, controlada e tipificada? Desde o nascimento meninas e meninos são informados sistematicamente no meio familiar, no convívio com as instituições e na imprensa livre sobre como devem ser suas ações e representações sociais tendo como bússola suas vaginas ou pênis. Que tipo de “curso normal das coisas” habita em corpos que diuturnamente são lembrados e castigados caso não cumpram suas funções?

Quando falamos de ações ou representações sociais fica evidente ser o gênero um constituinte das identidades dos sujeitos. Talvez ao falar de identidade o debate fique mais compreensivo. Quantos de nós mudamos nossas vestimentas, gostos musicais, gêneros literários preferidos etc. da infância para a vida adulta? Conceber “os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser

contraditórias” (LOURO, 1997, P. 24), “empurrado em diferentes direções” (HALL, 1992, p. 4) desestabiliza a existência de uma normalidade inata e afugenta a existência real ou imaginária dos monstros.

Nenhuma identidade sexual — mesmo a mais normativa — é automática, autêntica, facilmente assumida; *nenhuma* identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma *relação social* contraditória e não finalizada (BRITZMAN, 1996, p. 74 citado em LOURO, 1997, p. 27).

CONCLUSÃO

No desenvolvimento desse trabalho, tanto ao falar do cancelamento do *kit* anti-homofobia, do entendimento ou do preconceito existente dos setores conservadores/cristãos no debate sobre gênero, bem como na construção de monstruosidades ao se instituir uma heteronormatividade, não tivemos a intenção de reafirmar binarismos ou vitimizar grupos dominados. Foucault (1993) nos ensina que não há identidade fora do poder. O poder não é privilégio de alguém, mas se constitui em rede, exercido em múltiplas e variáveis direções. Informa-nos, sobretudo, a não existência de posições seguras, as identidades se fazem em meio a relações políticas (LOURO, 1997).

O exemplo do ocorrido na França e no Brasil em 2011 nos desperta para “as veias abertas do gênero”.

“É por esta razão que gênero se mantém um conceito útil para análise crítica. Se pegarmos gênero como um guia não simplesmente como homens e mulheres tem sido definidos em relação ao outro, mas também que visões da ordem social estão sendo contestadas, sobrepostas, resistidas e defendidas nos termos de definições masculino/feminino, chegaremos a uma nova visão sobre as diversas sociedades, culturas, histórias e políticas que queremos investigar”. (SCOTT, 2012, p. 347).

Demonstra também o potencial de contestação dos setores conservadores sobre essa pauta. Como romper a ideia do “natural biológico” e do “anormal ‘aceitável’”, avançando para uma compreensão da complexidade dos desejos e das relações humanas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARTA aberta. Ecos comunicação em sexualidade. Disponível em:

(83) 3322.3222
contato@joinbr.com.br
www.joinbr.com.br

<<http://www.ecos.org.br/cartaAberta.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2017

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. *Educar*, n. 35, Curitiba: Editora UFPR, 2008, p. 37-51.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

FURLANI, J. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da educação sexual. *Educação em revista*, Minas Gerais, v. 46, p.269- 285, 2007.

JÚNIOR, Isaias; MAIO, Eliane. Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais: o discurso inaugural no desagendamento do kit gay do MEC. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.15, n.01, p. 125 – 152 jan./mar.2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/23427>>. Acesso em: 28 jun. 2017

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1997.

LOURO, G. L. Corpo, escola e identidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25 (2), p. 59-75, jul./dez. 2000. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewfile/46833/29119>. Acesso em: 10 jun. 2017

SCOTT, J. W. Os usos e abusos do gênero. *Projeto História*, São Paulo, v. 45, n. 332, p. 327-351, dez. 2012.